

O ALPHAVILLE NO AGLOMERADO METROPOLITANO DE CURITIBA

The Alphaville Within the Metropolitan Agglomeration of Curitiba

El Alphaville en el Aglomerado Metropolitano de Curitiba

Carlos Ritter*

RESUMO

O presente artigo visa apresentar os resultados dos estudos desenvolvidos sobre os reflexos socioeconômicos da instalação do Complexo Alphaville no Aglomerado Metropolitano de Curitiba (AMC), uma vez que a chegada do Alphaville trouxe uma nova forma de morar e de se relacionar com a metrópole. Desenvolvidos em 2009 e 2010, esses estudos foram embasados, principalmente, em informações obtidas com entrevistas à população envolvida e em dados fornecidos pelos órgãos do Estado do Paraná e dos municípios de Pinhais e Colombo. Entre a população, destacam-se os contrastes e o jogo de interesses entre dois grupos com diferentes perfis socioeconômicos, os moradores dos condomínios horizontais fechados (CHFs) do Alphaville, integrantes das classes média/alta e alta, e os de menor poder aquisitivo, moradores da Vila Zumbi dos Palmares. Verificou-se que a empresa Alphaville fez uso de estratégias já consagradas de corporativismo com o Estado, com as quais conseguiu instalar duas unidades, Alphaville Graciosa e Alphaville Pinheiros, em uma Área de Proteção Ambiental de Pinhais, convertida em Unidade Territorial de Planejamento. Passou também a influenciar decisivamente na mudança da espacialidade da Vila Zumbi ao desencadear ações socioeducativas junto à população marcada por precariedades socioeconômicas. Ficou também evidenciado que a Alphaville, ao realizar tais ações, visou antes de tudo preservar o status do seu empreendimento e garantir um excelente negócio àqueles que decidiram morar ou apenas investir nas suas unidades instaladas no AMC. Dentre as influências da empresa Alphaville no AMC, destaca-se a intervenção do Estado do Paraná na Vila Zumbi dos Palmares, por meio da sua Companhia de Habitação (COHAPAR), com a implementação do Projeto de Regularização Fundiária, Urbanização e Desenvolvimento Socioambiental.

Palavras-chave: Corporativismo. Fortificação. Urbanização. Aglomerado metropolitano.

ABSTRACT

This article aims to present the results of studies developed on socioeconomic reflexes of Complex Alphaville installation in Curitiba Metropolitan Agglomeration (CMA), which brought a new way of living and relating to the metropolis. Established in 2009 and 2010, these studies were mainly based on information obtained through the application of interviews to people involved

* Geógrafo, doutor em Geografia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Professor da Universidade Campos de Andrade e do Colégio Militar de Curitiba. E-mail: carlos_ritter@hotmail.com

Artigo recebido em setembro/2011 e aceito para publicação em dezembro/2011.

and also in statistics provided by organs of the State of Paraná and Pinhais and Colombo municipalities. Among the population involved, are highlight the contrasts and the game of interests between two groups with different socioeconomic profiles, the residents of horizontal gate condominiums (HGCs) of Alphaville, members of the middle/high and high classes, and the poorer, residents of the Village Zumbi dos Palmares. It seems that Alphaville Company made use of strategies of hallmark corporatism with the State to be able to install two unities, Alphaville Graciosa and Pinheiros, in an environmentally protected area of Pinhais, converted into a Territorial Unit of Planning. It also started to influence decisively the change of the village Zumbi spatiality, to trigger social and educational activities among the population marked by socioeconomic precariousness. It was also evidenced that Alphaville, while performing such actions, endorsed before anything preserving the status of its project and ensuring an excellent deal for those who decided to live or just to invest in their units installed in CMA. Among the results caused because of Alphaville Company influences in CMA, it is possible to highlight the intervention of the State of Paraná in Village Zumbi dos Palmares, through its housing Company (COHAPAR), with the implementation of Land Settlement Project, Urbanization and Socio environmental Development.

Keywords: Corporatism. Fortification. Urbanization. Metropolitan agglomeration.

RESUMEN

Este artículo presenta resultados de estudios desarrollados acerca de los reflejos socioeconómicos de la instalación del Complejo Alphaville en el aglomerado metropolitano de Curitiba (AMC), una vez que la llegada del Alphaville trajo una nueva forma de vivir y relacionarse con la metrópoli. Desarrollados en 2009 y 2010, estos estudios se basaron, principalmente, en informaciones obtenidas a través de la aplicación de encuestas a la población involucrada y en datos proporcionados por los órganos del Estado de Paraná y de los municipios de Pinhais y Colombo. Entre la población se puede destacar los contrastes y el juego de intereses entre dos grupos con diferentes perfiles socioeconómicos, los residentes en los condominios horizontales cerrados (CHCs) de Alphaville, miembros de las clases media/alta y alta y los de menor poder adquisitivo, residentes en la aldea de Zumbi dos Palmares. Ha sido constatado que la compañía Alphaville hizo uso de estrategias ya bendecidas de corporativismo con el Estado, con lo que pudo instalar dos unidades, Alphaville Graciosa y Alphaville Pinheiros, en un área de protección ambiental del municipio de Pinhais, convertida en Unidad Territorial de Planificación. También pasó a influir decisivamente en el cambio de la espacialidad de la aldea Zumbi al desencadenar medidas socioeducativas junto a la población marcada por precariedades socioeconómicas. También se evidenció que la realización de tales acciones por Alphaville buscó antes de todo preservar el status de su emprendimiento y garantizar un excelente oficio para aquellos que decidieron vivir o solamente invertir en sus unidades instaladas en AMC. Entre las influencias de la empresa Alphaville en AMC se destaca la intervención del Estado de Paraná en la aldea Zumbi dos Palmares, a través de su empresa de habitación (COHAPAR), con la ejecución del proyecto de asentamiento de tierras, urbanización y desarrollo socioambiental.

Palabras clave: Corporativismo. Fortificación. Urbanización. Aglomerado metropolitano.

INTRODUÇÃO

A partir do ano de 2000, o Aglomerado Metropolitano de Curitiba (AMC)¹ começou a ter a materialização e os reflexos socioculturais de uma espacialidade não peculiar aos seus espaços urbanizados.

Tratava-se de um novo arranjo espacial para uma área considerada como periférica, concretizado em condomínios horizontais fechados (CHFs), complementados, anos depois, por um conjunto de estabelecimentos comerciais e empresariais voltados aos consumidores das camadas de média/alta e alta renda, calcado em concepções e em possibilidades de alta conectividade e fluidez espacial,² sem a necessidade de integração social com o local onde o empreendimento se localiza.

Além de passar a ser mais um indicador dos novos formatos de uma metropolização contemporânea a acometer o AMC, constituía-se, também, num elemento chave no processo de mudanças do seu entorno, principalmente no que diz respeito à valorização do solo urbano e às ressignificações das relações socioeconômicas e culturais, sendo, conseqüentemente, um importante influenciador das ações governamentais.

Dessa forma, o presente artigo tem por objetivo contribuir para um entendimento mais eficiente e atualizado da problemática metropolitana brasileira, uma vez que traz importantes resultados obtidos com os estudos desenvolvidos sobre os reflexos socioeconômicos da instalação do Complexo Alphaville no AMC (RITTER, 2011), fato que se repete, guardadas as devidas especificidades, em muitos outros aglomerados metropolitanos brasileiros.

Trabalhou-se com a caracterização e com os impactos socioespaciais de um grande empreendimento imobiliário e empresarial, no caso o Alphaville, buscando uma evolução conceitual capaz de embasar as agregações e as analogias para as generalizações de médio alcance. Dessa maneira, a opção ficou com a escala do aglomerado metropolitano e não a da região metropolitana, tendo em vista que tal ação proporciona um maior detalhamento e um maior aprofundamento na temática proposta. Procurou-se evitar o uso e, até mesmo, superar as análises macro para os espaços urbanos/metropolitanos, com base em espacializações excessivamente homogeneizantes.

Para um melhor entendimento, o artigo foi organizado em quatro tópicos. No primeiro são abordados o histórico e a caracterização do Complexo Alphaville; na sequência, busca-se a contextualização da sua espacialização, bem como a caracterização dos seus moradores; na terceira seção, é enfocada a situação jurídico-administrativa desse empreendimento, com destaque para a sua situação contraditória com relação ao que vem a ser espaço privado ou público; e, no quarto e último tópico, destaca-se a influência do Alphaville na mudança da espacialidade da Vila Zumbi dos Palmares.

¹ Aglomerado Metropolitano é formado por grandes áreas urbanas contínuas oriundas do crescimento de algumas cidades, ou conjuntos de cidades ou ainda áreas próximas, não contínuas, porém, com médio ou elevado grau de integração, dentro dos complexos metropolitanos. O AMC envolve 14 dos 26 municípios formadores da Região Metropolitana de Curitiba (RMC).

² Fisicamente, localiza-se distante dos problemas urbanos, em áreas portadoras de amenidades, e, ao mesmo tempo, busca estar muito próximo às benesses da metrópole, graças ao acesso disponibilizado pelas infraestruturas ligadas, principalmente, às vias de transporte e aos modernos sistemas de comunicação.

1 HISTÓRICO E CARACTERIZAÇÃO DO COMPLEXO ALPHAVILLE NO AMC

A implantação do Complexo Residencial, Comercial e Empresarial do Alphaville foi planejada e, portanto, alinhada com as novas tendências mercadológicas propostas para as camadas de média/alta e alta renda. O *slogan* reinante era: “Morar em contato com a natureza, longe dos problemas urbanos [...]”.

Assim, o local selecionado no AMC foi aquele que conseguia reunir um conjunto de elementos de grande valoração naquele momento, início dos anos 2000. Ou seja, estava próximo das principais centralidades comerciais e de serviços de Curitiba e contava com elementos naturais relevantes, uma vez que se localizava em Área de Proteção Ambiental (APA). Tinha fácil acesso rodoviário, necessitando apenas de intervenções em um pequeno trecho (dois quilômetros) da Estrada da Graciosa, o qual se previa ser duplicado e pavimentado e, dessa maneira, seria a principal ligação desse empreendimento ao trecho urbano da BR 116, de tal forma que se estimava, na época, um tempo de deslocamento em torno de 10 a 15 minutos até o centro de Curitiba.

Com esses atributos, a área escolhida para a instalação do empreendimento Alphaville se insere no município de Pinhais. No entanto, o local escolhido tinha uso bastante constrangido, por estar enquadrado na APA de Pinhais. E, exatamente esse fato poderia ter sido um empecilho que, *a priori*, impediria a instalação de um complexo residencial e empresarial/comercial daquele porte. Naquele momento, os proprietários, descontentes por terem inibidas as possíveis vantagens especulativas futuras com relação àquela terra, passam a buscar mecanismos para reverter tal situação. Tais interesses vêm a se somar aos da empresa Alphaville Urbanismo S/A, que buscava o local ideal para implantar no Paraná³, inicialmente na RMC, uma das suas unidades.

Nesse contexto, componentes da elite curitibana/paranaense, com ramificações nas políticas locais, estadual e nacional (prefeitos, deputados, entre outros), aliaram-se aos interesses da empresa Alphaville Urbanismo S/A e aos principais grupos de especuladores atuantes na RMC. Dessa forma, em uma ação corporativa, conseguiram exercer forte influência política e mudar a legislação de uma porção da APA de Pinhais, em favor dos seus interesses especulativos, convertendo-a em Unidade Territorial de Planejamento (UTP)⁴, como foi o caso da área onde foram instalados os residenciais dos Alphaville Graciosa e Pinheiros e os complexos empresariais/comerciais do Alphaville Graciosa.

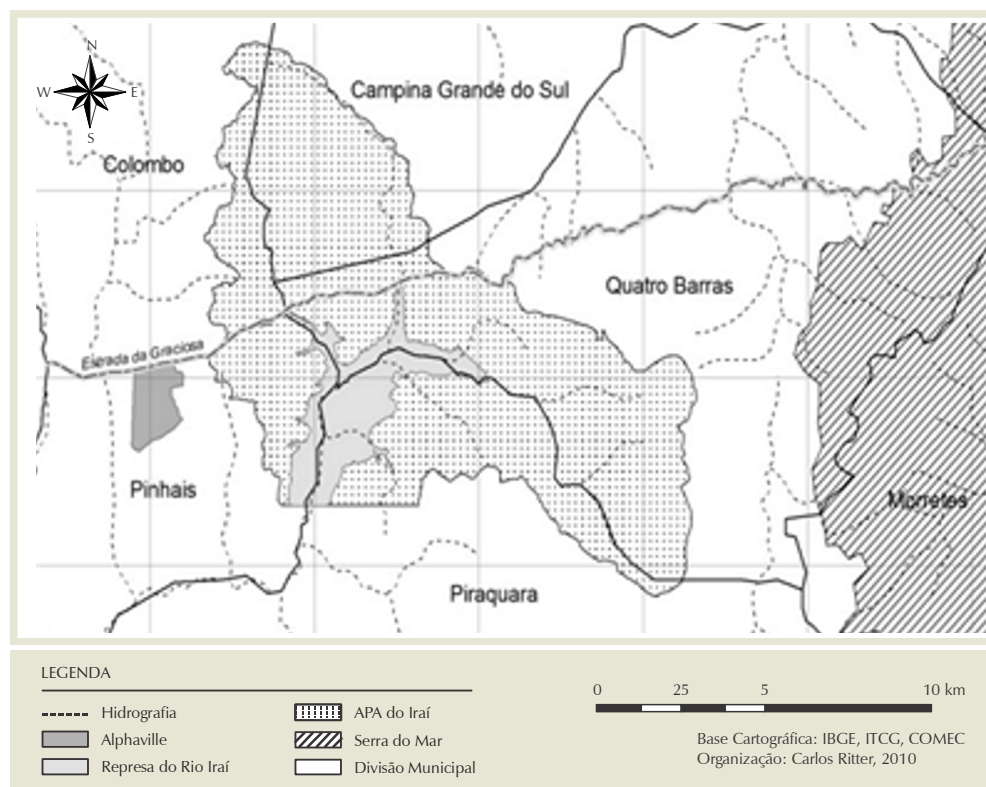
³ O Alphaville Urbanismo S/A instalou cinco unidades no Paraná. Inicialmente, a unidade Graciosa e, posteriormente, as unidades: Alphaville Pinheiros, em Pinhais (AMC), Alphaville Maringá, em Maringá, e os Alphaville Londrina I e II, em Londrina.

⁴ As UTPs são unidades territoriais situadas em porções urbanas dos municípios integrantes das áreas de interesse de proteção de mananciais que sofrem pressão por ocupação. Em geral, têm a finalidade de efetuar a transição entre áreas urbanas já consolidadas e as áreas de maior restrição ambiental, como as APAs, e/ou áreas rurais (COMEC, 1999).

Assim, aproveitaram a preexistência dos fatores naturais, como lagos e bosques de mata nativa de floresta subtropical com araucárias, entre outros, para imputá-los como amenidades, como predicativos naturais portadores de beleza paisagística e de atributos ecologizados.

Outra estratégia utilizada foi destacar a proximidade do empreendimento Alphaville com relação à APA do Iraí e à região da Serra do Mar (figura 1), ambas caracterizadas por belezas cênicas e exuberância natural.

FIGURA 1 - LOCALIZAÇÃO DOS CONDOMÍNIOS HORIZONTAIS FECHADOS (CHF) ALPHAVILLE - PINHAIS-PR



FONTE: ITCC (PARANÁ, 2006)

NOTA: Elaboração do autor.

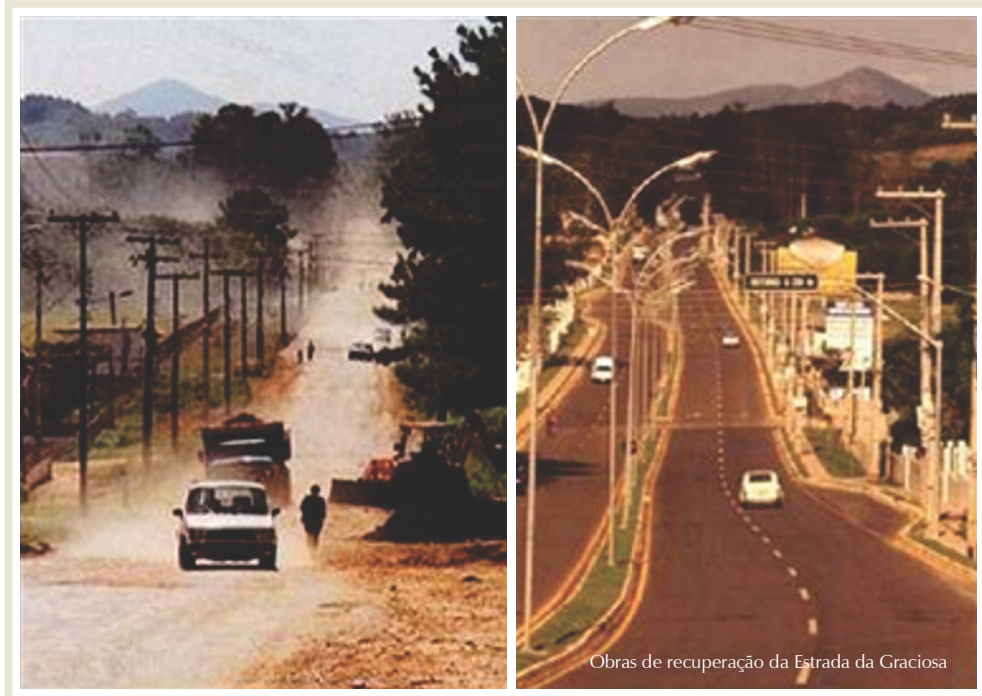
Para um melhor detalhamento, tem-se, no ano de 2001, a instalação, pelo grupo empresarial Alphaville Urbanismo S/A, da primeira de suas unidades no Paraná, a Alphaville Graciosa, composta por condomínios residenciais horizontais fechados e por lotes destinados às atividades de serviços, lazer e comércio.

Essa unidade contava com 1.218 lotes, sendo 85 destinados para área comercial, 20 para uso multifamiliar e, o restante, 1.113 lotes, de 700 m² cada, destinados à habitação unifamiliar.

Para facilitar o acesso ao empreendimento, foram investidos cerca de R\$ 5,2 milhões na duplicação de 3,7 km da estrada histórica da Graciosa e em trabalhos de

melhoria estrutural da pavimentação, sinalização e iluminação, na construção de galeria de águas pluviais e na recuperação da ponte sobre o Rio Palmital. Todas essas obras foram realizadas apenas no trecho da Estrada da Graciosa que liga a entrada do Condomínio à BR 116, na altura da Cruz do Atuba (figura 2).

FIGURA 2 - INFRAESTRUTURA CRIADA PARA DAR ACESSO AO COMPLEXO ALPHAVILLE - PINHAIS-PR



FONTE: Alphaville. Disponível em <<http://www.alphavilleurbanismo.com.br>>. Acesso em: 21 jul. 2009

A área residencial foi estruturada em quatro conjuntos condominiais, denominados de residenciais: Residencial Iguaçu, Residencial Parati, Residencial das Andorinhas e Residencial das Araucárias. Desses quatro residenciais, o das Araucárias possui um maior número de lotes, 342, seguido pelo Parati, com 316 lotes, Andorinhas, com 284 lotes, e Iguaçu, o menor, com 171 lotes.

Todos os residenciais são fechados, fortificados por cercas com grades e muros altos, geralmente 3,20 metros de altura, reforçados com a sobreposição de concertinas e, ainda, protegidos com portarias individuais, câmeras nas ruas e em pontos vitais, com vigilância móvel motorizada 24 horas por dia e demais aparatos de segurança.

O empreendimento passou a contar com o Alphaville Graciosa Clube, com o *Alpha Kids*⁵, com um campo de golfe de 18 buracos, nos padrões internacionais, e, também, com o *Alpha Mall Graciosa*, uma espécie de *shopping center* e centro

⁵ Trata-se de uma espécie de clube/escola voltado às crianças e aos pré-adolescentes.

empresarial, com 56 lojas e escritórios, mais um centro de conveniências e praça de alimentação, entre outros equipamentos de uso coletivo.

O setor exclusivo para o uso empresarial apresentava oito empresas em funcionamento e pelo menos um escritório gerencial instalado. Em 2010, todos os lotes reservados às atividades não residenciais haviam sido vendidos, no entanto mais de 50% se encontravam ociosos, não ocupados.

Segundo a administração condominial do Alphaville Graciosa, nos últimos três anos houve uma maior procura pelos lotes empresariais, já sendo possível perceber a manifestação do desejo, por parte de vários moradores/empresários, em aliar moradia com trabalho, transferindo, dessa forma, os seus escritórios/empresas para a área empresarial/comercial do Alphaville. Ganhariam tempo e se livrariam do estresse do trânsito, no momento em que evitariam os longos e demorados deslocamentos diários até os seus locais de trabalho, sobretudo em Curitiba.

Outros quesitos bastante valorizados nos CHFs do Alphaville estão ligados à segurança e ao gerenciamento. Além das guaritas e dos portões munidos de identificadores biométricos, com acesso através da leitura das digitais, a administração dos condomínios oferece policiamento 24 horas, por meio de equipes móveis de segurança particular, as quais percorrem o interior de cada residencial e na extensão da Estrada da Graciosa, da Cruz do Atuba até a entrada dos dois condomínios.

Esse empreendimento imobiliário segue os moldes e os princípios das demais unidades Alphaville existentes no Brasil, as quais trazem concepções urbanísticas das cidades-jardins⁶, com algumas características das *edge cities*⁷, e das *gated communities*⁸. Quanto a esses dois últimos conceitos, paira o questionamento se eles seriam apropriados à realidade urbana/metropolitana brasileira. Ou seja, se os CHFs Alphaville existentes no AMC seriam representações das *edge cities* e/ou das *gated communities*.

Caldeira (2000) chegou a declarar ter observado uma relação próxima de projeto e de concepção das *edges cities* estadunidenses com os Alphavilles no Brasil.

Lopes (2008, p.56) estabeleceu uma diferenciação entre os Condomínios Horizontais existentes no Brasil e as *gated communities* estadunidenses, uma vez que os condomínios horizontais, ao contrário das *gated communities*, já são construídos, em sua maioria, em áreas privadas. No entanto, existem muitas semelhanças morfológicas entre essas duas formas, porque ambas se caracterizam pelo cercamento,

⁶ A Cidade Jardim é um modelo de cidade concebido por Ebenezer Howard, no final do século XIX, consistindo em uma comunidade autônoma cercada por um cinturão verde num meio-termo entre campo e cidade. A noção de cidade jardim foi primeiro apresentada no livro *Tomorrow a Peaceful Path to Real Reform* (1898), mais tarde revisado e editado como *Garden Cities of Tomorrow*, em 1902.

⁷ Refere-se às cidades “fora” da cidade, ou seja, empreendimentos empresariais com escritórios, comércio, entre outras funcionalidades, e também residenciais localizados fora dos perímetros urbanos ou então em áreas do entorno de uma metrópole. Não há registro, no Brasil, da concretização efetiva de *Edge Cities*, apenas de processos ainda embrionários desse fenômeno.

⁸ São as áreas públicas já consolidadas dos subúrbios que sofrem cercamento ou fortificação por muros, portões, sistema de vigilância, entre outros aparatos, nas quais o acesso, para aqueles não residentes, passa a ser severamente restringido, tornando-as, dessa forma, áreas urbanas privadas.

pela oferta de áreas verdes, pela ocupação residencial horizontalizada e unifamiliar, e pela oferta de amenidades relativas a serviços, comércio e lazer.

Outro diferencial observado é que algumas comunidades, nos EUA, predominantemente se tornavam *gated*, cercadas/fortificadas, em resposta a uma “ameaça iminente”, como a ocupação do seu entorno por grupos étnicos ou religiosos diferentes, negros ou latino-americanos principalmente, fato que, nos dias atuais, estende-se para os casos de diferenciação socioeconômica, também. Já para os CHFs brasileiros, além de serem cercados/fortificados desde a concepção, eles assim o são por razões socioeconômicas.

Moura (2006) estabeleceu várias analogias, principalmente etnográficas, entre os CHFs existentes no Brasil e as *Gated Communities* dos Estados Unidos. Enquanto nas estadunidenses as medidas de segurança estão diretamente relacionadas à cultura do medo, com destaque para as questões étnicas e mais recentemente às ameaças terroristas, nas brasileiras são interpretadas como uma consequência direta da violência urbana.

O ideário intitulado “Viver Alphaville”, contemplado em parte por esses referenciais urbanísticos, foi trazido para Curitiba e, como tal, passou a ser vendido. Desde o início se apresentava embaixador de um discurso pronto, fomentador da obtenção de uma melhor qualidade de vida para os integrantes das camadas de média/alta e alta renda, por meio dos condomínios fechados, pelo fato de proporcionarem aos seus usuários toda uma infraestrutura de lazer, segurança, vida saudável e em perfeita harmonia com a natureza.

A imagem vendida dos condomínios residenciais deveria ser facilmente incorporada e aceita pelos segmentos sociais que buscavam uma tradução material socialmente valorizada de qualidade de vida com segurança, como um novo padrão habitacional compatível à elite curitibana.

O empreendimento, com o uso de um *marketing* e de uma propaganda cuidadosamente elaborados, instigava o interesse das camadas sociais com maior poder aquisitivo pela “fortificação” e pelo desejo de se distanciar dos problemas urbanos/metropolitanos. Era anunciado como uma pequena cidade e enaltecido pela sua condição de espaço fragmentado, independente do restante do tecido urbano.

Ao propagarem o empreendimento, referenciavam-no como “produto Alphaville”; apresentavam-no ao consumidor como uma inovação mercadológica, repleta de sobrelucros imobiliários.

Outro aspecto do empreendimento Alphaville está ligado à exploração dos perigos das metrópoles. Para vender a ideia de se morar em um condomínio horizontal fechado, localizado distante das centralidades urbanas, estimula-se o medo e faz-se da cidade/metrópole uma ameaça.

Os condomínios foram vendidos, ainda, como possuidores de importantes elementos ligados à natureza, ou seja, aproveitou-se dos atributos naturais já existentes para se propagar suas amenidades, usando para tanto apelos “ecologizados”.

São inegáveis as transformações espaciais ocorridas e a dinâmica imobiliária fomentada no entorno imediato dos condomínios Alphaville, instalados no AMC,

bem como a mais-valia incorporada pela compra da terra a preços baixos. Em 1999, o metro quadrado era comercializado em média por R\$ 3,00. Já no final de 2001, com as obras e as transformações posteriores aos empreendimentos desencadeados com a instalação dos CHFs, a terra alcançou alto preço de venda, em torno de R\$ 130,00/m², ou seja, em dois anos teve uma supervalorização de 43,33 vezes.

Em 2010, segundo uma média de cotação entre as principais imobiliárias atuantes nessa porção do AMC, os valores imobiliários extramuros variavam entre R\$ 230,00 e R\$ 300,00/m² de maneira geral, o que demonstrava um processo de grande valorização, ainda em andamento no entorno dos CHFs.

Já nos espaços intramuros dos residenciais Alphaville, os valores dos imóveis são bem maiores, a partir de R\$ 550,00 o m² para os terrenos.

Em 2004, dando continuidade ao empreendimento, a empresa inaugurou uma segunda unidade de CHFs no AMC, o Alphaville Pinheiros, com mais 157 lotes para uso residencial, a partir de 550 m² cada, contíguo ao Alphaville Graciosa, ao lado do Residencial Iguazu, totalizando um investimento inicial da ordem de R\$ 10 milhões. Dessa forma, somadas as unidades Graciosa e Pinheiros, o AMC passou a possuir o maior complexo contínuo de condomínios horizontais fechados do Paraná e a terceira maior dentre todas as unidades Alphaville existentes no Brasil e em Portugal.

A Alphaville Urbanismo S/A, no início do ano de 2010, contava com 51 unidades de condomínios horizontais fechados, localizadas nas cinco regiões brasileiras, em 18 unidades da federação, geralmente nas bordas de um aglomerado metropolitano, com fácil acesso à cidade principal ou em uma cidade média, tendo ainda três unidades instaladas em Portugal.

O fator que leva pessoas a residir nos CHFs do Alphaville está muito mais relacionado ao modismo em voga, realçado pelos agressivos apelos de *marketing* e propaganda, e ao *status* implícito na condição de morador de Alphaville, do que à efetiva necessidade de segurança.

Ao trabalhar com os condomínios fechados em Lisboa, Salgueiro (2001, p. 211-212) afirma que “para além das características intrínsecas da casa e da localização, vende-se com elas também um sinal de estatuto social, vizinhos nos mesmos níveis [...]”.

Outro ponto percebido é que o “viver intramuros” está relacionado a mais um reflexo da vontade de aparecer do que de se esconder. Nesse aspecto, concorda-se com Caldeira (2000) quanto afirma que os muros aprisionam, no entanto toma-se a liberdade para complementar tal afirmação, ao perceber que, ao mesmo tempo em que os muros aprisionam eles libertam de possíveis presenças indesejáveis e não produzem exatamente uma sensação de enclausuramento, uma vez que restringem a entrada e não a saída.

Os agentes de mercado, no sentido de criar necessidades de segurança, por meio, muitas vezes, de ilusões e deturpações da percepção de perigo associada à cidade/metrópole, justificam, assim, um isolamento e uma fortificação.

O *status* construído torna-se mais importante que o aspecto da segurança, ao se propagar um espaço purificado, livre das precariedades socioeconômicas e ambientais

e liberto dos indesejáveis. Seguindo esse raciocínio, a quebra da segurança seria um problema gravíssimo, não pela segurança em si, mas pelo fato de esta ruptura prejudicar o *status* adquirido pelo condomínio residencial em questão.

Quanto a esses aspectos, os empreendedores do Alphaville, no AMC, tentaram evitar ou pelo menos maquiagem a ocorrência de uma contradição entre os discursos e a realidade. A favela Zumbi poderia representar a negação de tudo o que estava sendo propagado.

Seria um verdadeiro desastre se as pessoas que buscavam fugir dos problemas urbano-metropolitanos, ao se transferirem para os CHFs Alphaville, instalados no AMC, ficassem suscetíveis à violência ou encontrassem, nas imediações das suas novas residências, iminente perigo.

Ainda pior, se sofressem violências por parte dos favelados da Zumbi. Além de quebrada a tão difundida situação de segurança, haveria a desconstrução do seu principal atrativo, o *status* dos CHFs, especialmente o do Alphaville. A simbologia sociocultural de se morar livre dos “pobres” e entre “iguais e ricos” seria abalada e, o investimento, desvalorizado.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO DA ESPACIALIZAÇÃO DO COMPLEXO ALPHAVILLE

A localização de condomínios horizontais fechados em uma porção, até então, de certa forma, periurbana do aglomerado metropolitano, como o da área escolhida para a implantação do complexo Alphaville, bem exemplifica as questões que estão sendo observadas nos variados trabalhos desenvolvidos nas duas últimas décadas no Brasil.

Ao focar essas novas formas de se morar, a partir de fortificações de condomínios residenciais horizontalizados, como estratégias preventivas diante dos perigos da urbanidade, faz-se necessário avançar epistemologicamente, uma vez que a evolução dos acontecimentos confronta, muitas vezes, com o arcabouço teórico já produzido.

A metrópole, entendida aqui como a cidade principal estendida por todo o aglomerado metropolitano, ao ser conectada cada vez mais a um mundo globalizado, ou pelo menos ao sofrer forte influência da ideologia da globalização, passa a competir com as demais metrópoles. Dessa maneira, os seus agentes, na lógica capitalista, são levados a incorporar modelos globais de urbanização e a criar externalidades positivas, no sentido de direcionar esforços para tornar os espaços atrativos dessa metrópole, se não todos, pelo menos aqueles de interesse do grande capital.

Assim, o corporativismo e a fragmentação da cidade, já tratados por Santos (1990) para o caso de São Paulo, também podem ser identificados na metrópole curitibana.

Inicialmente, esses CHFs, concebidos como “enclaves fortificados”, “hiatos urbanos”, como se referiu Caldeira (2000), vão aos poucos modificando os seus entornos, com tendência a promoverem mudanças e a assumirem futuras formações de novas centralidades, uma vez que, por representarem investimentos altamente

lucrativos, e por estarem associados à mobilização das sinergias corporativas do Estado/grandes empresas e, ainda, por abrigarem pessoas de elevado poder aquisitivo, têm força econômica e política para tal transformação. No entanto, não conseguem permanecer imunes às influências locais, por mais que haja uma tendência central pautada em ondas globais homogeneizantes.

Nesse contexto, no final do ano de 2004 cerca de 80% dos lotes do empreendimento Alphaville, no AMC, estavam vendidos, sendo que a previsão era de um total de 6.500 moradores, distribuídos nos seus residenciais. Fato que ainda não se realizou.

Em 2009/10, mais de 90% dos lotes haviam sido vendidos. Contudo, a taxa de ocupação permanecia baixa, em 34,5%, sendo que apenas 50% desses lotes apresentavam uma residência instalada ou pelo menos obras com esse fim.

O baixo percentual de ocupação (34,5%) e até mesmo o percentual de construção (47,48%) após uma década de existência demonstram que, pelo menos no AMC, a euforia de se fugir dos problemas da metrópole, de se fortificar junto à natureza, não teve uma grande repercussão ou aceitação.

Ao se comparar o total de lotes vendidos com o percentual de ocupação, conclui-se que a destinação dos CHFs se enquadra na lógica especulativa capitalista “normal” que acomete os espaços urbanos não fortificados: a mesma praticada em outras porções do AMC.

No cômputo dos dois CHFs Graciosa e Pinheiros, chegou-se a um número próximo a 1.340 moradores, bem aquém do contingente estimado, apenas 20,6% desse total (tabela 1).

TABELA 1 - MORÁDIAS E MORADORES DOS CHFs GRACIOSA E PINHEIROS - ALPHAVILLE PINHAIS-PR - 2010

RESIDENCIAL	TOTAL DE LOTES	LOTES C/ MORÁDIAS OCUPADAS	TOTAL DE MORADORES	% DE OCUPAÇÃO	LOTES C/ MORÁDIAS EM CONSTRUÇÃO
Iguaçu	171	58	152	34	10
Parati	316	110	308	34,80	32
Andorinhas	284	116	382	40,80	29
Araucárias	342	94	304	27,50	38
Total Alphaville Graciosa	1.113	378	1.146	34	109
Total Alphaville Pinheiros	157	60	164	38,20	31
TOTAL GERAL	1.270	438	1.310	34,50	140

RESIDENCIAL	LOTES C/ MORÁDIAS PRONTAS E NÃO OCUPADAS	TOTAL	TOTAL DOS LOTES CONSTRUÍDOS	% DOS LOTES CONSTRUÍDOS
Iguaçu	0	10	68	39,70
Parati	9	41	151	47,80
Andorinhas	6	35	151	53,20
Araucárias	6	44	138	40,40
Total Alphaville Graciosa	21	130	508	45,60
Total Alphaville Pinheiros	4	35	95	60,50
TOTAL GERAL	25	165	603	47,48

FONTE: Pesquisa direta, abril de 2010

NOTA: Elaboração do autor.

Um grande percentual dos compradores dos lotes residenciais não estava interessado em morar nas bordas do espaço metropolitano. O *marketing* e a propaganda do Alphaville, baseados na onda de “morar bem”, junto à natureza e demais benesses propagandeadas, a fim de mudar a concepção de moradia e de relacionamento com a metrópole, foram utilizados para multiplicar o capital investido, com a valorização do imóvel.

Numa concepção marxista, poder-se-ia dizer que não buscam um valor de uso, mas um valor de troca, uma vez que esses especuladores adquirem os terrenos ou até mesmo constroem casas não para morar e sim para investir/lucrar. Os CHFs representavam e continuam representando um bom negócio. Os compradores, de lotes ou casas, nesse empreendimento, aproveitam do contexto favorável trazido pelo Alphaville Urbanismo S/A ao AMC para especular no novo espaço urbano e obter sobrelucro.

Torna-se importante ressaltar que os optantes por morar nas residências das unidades Alphaville constituem, de certo modo, um grupo submetido a um processo de adaptação, uma vez que, ao se transferirem para os CHFs, tiveram de se adequar a um local estruturado e normatizado, segundo concepções e normas oriundas de consensos relacionados a outras realidades socioculturais. Diferentemente das outras porções urbanas onde se constroem, de certa forma, os espaços de acordo com a realidade cotidiana dos seus ocupantes, especialmente as áreas que contemplam residências, o complexo Alphaville já traz um modelo pronto que difere daquilo a que o novo morador estava acostumado.

Em 2006, constatava-se que os moradores dos CHFs Alphaville Graciosa e Pinheiros eram, em geral, casais na faixa de 35 a 50 anos, com dois filhos em média, de classe média alta a alta, com predominância de empresários, profissionais liberais, diretores de empresas multinacionais e esportistas premiados.

Já em 2010, verificou-se uma maior presença de aposentados, fato que eleva a faixa etária média e representa certa mudança na estruturação e na funcionalidade dos condomínios.

De maneira geral, além da questão da segurança, do maior espaço e da proximidade com áreas verdes, era valorizada a localização, pois permitia fácil acesso ao trabalho. No entanto, os moradores desconheciam o contexto socioeconômico do seu entorno e até mesmo a Vila Zumbi dos Palmares, com suas precariedades.

No início, apontavam que a maior desvantagem do Alphaville se encontrava na incipiente área comercial, obrigando os moradores a grandes deslocamentos para a aquisição de produtos de primeira necessidade. Também a questão do lazer ficava prejudicada pelo tempo e pela distância necessários para a ida ao cinema, ao teatro ou outra atividade do gênero, em Curitiba.

Em 2010, a maioria dos moradores (88%) declarou exercer suas atividades profissionais em Curitiba ou pelo menos ter o seu escritório central ou unidade empresarial/comercial de vinculação em Curitiba; 8% dos moradores trabalham fora da RMC e apenas 2% já teriam transferido o seu escritório/empresa para o Alphaville.

3 SITUAÇÃO JURÍDICO-ADMINISTRATIVA DO EMPREENDIMENTO

O empreendimento Alphaville foi aprovado como loteamento pela Prefeitura Municipal de Pinhais, mas, desde o início, funcionou efetivamente como condomínio fechado. Um Termo de Cooperação, firmado em novembro de 2000, entre a empresa Alphaville Urbanismo S/A e a Prefeitura Municipal, daria legalidade a essa situação, segundo informações da Procuradoria do Município de Pinhais. Dessa forma, 456 mil m² são intitulados como áreas verdes públicas e 879 mil m² são áreas públicas, destinadas à instalação de vias (392 mil m²), de praças, de parques, das edificações públicas (432 mil m²), de área institucional (29 mil m²) e de espaços livres (26 mil m²).

No entanto, o total de 1.335 mil m² aprovado legalmente como área pública está localizado internamente ao condomínio, cercado por muros e guaritas e com acesso negado às pessoas não moradoras dos CHFs Alphaville. Segundo o secretário de urbanismo do município de Pinhais, a Prefeitura Municipal teria concedido autorização para o fechamento do loteamento e o uso exclusivo das vias, tendo em vista aquelas vias e demais equipamentos urbanos terem sido criados com e para os condomínios.

Além de ressaltar o bom relacionamento do Alphaville com a administração municipal, Polli (2006) evidencia as facilidades concedidas a esse empreendimento imobiliário com relação às ações burocráticas junto à Prefeitura Municipal de Pinhais.

O empreendimento constitui, assim, um universo à parte, com grande capacidade de influenciar o futuro do município, uma vez que o poder municipal, de certa forma, coloca-se à disposição dos seus interesses.

As expressões utilizadas por Caldeira (2000) como “debilitamento do Estado” ou “democracia disjuntiva”⁹ bem sintetizam os esforços no sentido de explicar a privatização dos espaços públicos, uma vez que representam ser a regulação, existente nos espaços privatizados, colocada acima da instância pública, bem como o autogerenciamento interno existente nos seus interiores, como é o caso dos CHFs do Alphaville instalados no AMC.

4 INFLUÊNCIA DO ALPHAVILLE NA MUDANÇA DA ESPACIALIDADE DA VILA ZUMBI DOS PALMARES

A empresa Alphaville Urbanismo S/A, por estar no mercado com relativo sucesso desde a década de 1980, foi capaz de desenvolver estratégias de convivência e ações para tirar proveito dos ambientes encontrados nas cidades onde atua com os seus empreendimentos residenciais, comerciais e empresariais.

⁹ Esse conceito, embora não seja exaustivamente trabalhado por Caldeira, é usado por essa autora para abordar uma das maiores contradições do Brasil contemporâneo. Reside no fato de que a expansão da cidadania política, através do processo de transição democrática, desenvolveu-se *pari passu* com a deslegitimação da cidadania civil e a emergência de uma noção de espaço público fragmentado e segregado, daí o caráter disjuntivo desse processo de democratização.

Na maioria dos lugares onde a Alphaville instala os seus condomínios horizontais fechados, seja no Brasil ou em Portugal, ela desenvolve, com antecedência, um estudo para verificar os problemas e as potencialidades locais. Posteriormente, desencadeia ações para alinhar os interesses das elites locais com os seus, tendo como pano de fundo o contexto globalizante e o agravamento das violências urbanas. Com esses interesses alinhados, o passo seguinte é o corporativismo com o Estado.

Em suas estratégias, busca sempre as áreas de baixo valor, com atributos “naturais”, próximas a uma via de fácil acesso à cidade principal. Tem das elites locais a facilidade em conseguir as infraestruturas necessárias e os procedimentos político-administrativos viabilizadores de seus empreendimentos; em contrapartida, oferece o renome da empresa Alphaville com o seu histórico de atuação no mercado, o que se traduz em um sobrelucro garantido.

No entanto, as áreas escolhidas para a implantação dos empreendimentos imobiliários geralmente são habitadas ou circundadas por populações portadoras de precariedades socioeconômicas. Por essa razão, estas podem criar sérios problemas ou até mesmo inviabilizar seus empreendimentos. Para minimizar esses problemas, foi criada a Fundação Alphaville, com sede em São Paulo, um braço social do Alphaville Urbanismo S/A, cujo principal papel é implementar ações de cunho socioeducativo nas imediações dos CHFs Alphaville recém-instalados, por um período de cinco a sete anos, em média.

Cabe ressaltar que, em 2001, ano da instalação da primeira unidade no AMC, a empresa já contava com dez outras unidades condominiais instaladas no Brasil. Já possuía, portanto, certa experiência nesse campo.

As estratégias adotadas no AMC não foram diferentes das utilizadas nas demais unidades instaladas, cuja localização estava nas bordas de aglomerados metropolitanos e/ou onde existia uma proximidade física com a população portadora de precariedades socioeconômicas. Assim, durante a implementação do Alphaville Graciosa, a Fundação Alphaville firmou parceria com a Prefeitura de Colombo, passando a atuar junto à população moradora da favela Zumbi dos Palmares e arredores.

A priorização dos favelados da Vila Zumbi se deve ao fato de representarem, na época, a ameaça mais iminente, uma vez que se tratava de um dos maiores favelamentos contínuos do Paraná, no qual eram registrados alarmantes índices de violência, em especial os relacionados ao tráfico de drogas e aos homicídios. Na figura 3 é possível verificar a grande proximidade do complexo Alphaville com a Vila Zumbi dos Palmares.

A Fundação Alphaville instalou nas imediações da Vila Zumbi um ponto de atuação para as ações de “pacificação” e para o desenvolvimento das estratégias de boa vizinhança, o Centro de Convivência Graciosa (CCG), atualmente transformado em Centro de Referência em Assistência Social (CRAS).¹⁰

¹⁰ A Prefeitura de Colombo-PR mantém em funcionamento seis CRAS. Em 2008, o Centro de Convivência Graciosa foi transformado na 6ª unidade CRAS, de acordo com o convênio firmado com a Fundação Alphaville.

FIGURA 3 - LOCALIZAÇÃO DO COMPLEXO ALPHAVILLE E DA VILA ZUMBI DOS PALMARES - PINHAIS-PR - 2010



FONTE: Imagens Google Earth, 2010

NOTA: Elaboração do autor.

A partir desse Centro de Convivência, a Fundação passou a desenvolver basicamente três tipos de ações: cursos profissionalizantes, orientações para geração de renda, e educação para a sustentabilidade, conforme metodologia padrão já adotada em outros lugares.

Dessa maneira, colocou em prática a “cartilha Alphaville”, com ações voltadas a influenciar ideologicamente aqueles moradores, desde as crianças até os idosos, no sentido de formar uma consciência coletiva favorável ao empreendimento Alphaville.

Na vertente profissionalizante, durante todos esses anos foram formados inúmeros trabalhadores voltados ora às necessidades dos condomínios Graciosa ou Pinheiros, nas funções de empregadas domésticas, jardineiros, porteiros, serviços gerais, entre outros, ora para atender ao Projeto de Regularização Fundiária, Urbanização e Desenvolvimento Socioambiental, desenvolvido pelo Estado, por meio da COHAPAR (2004), com a formação de mão de obra destinada às ações de infraestrutura e construção civil, como é o caso de pedreiros, eletricitas, marceneiros, entre outras.

Além da formação profissionalizante, o CCG atuava junto às crianças, aos adolescentes e às pessoas da terceira idade, promovendo atividades ocupacionais, educacionais e de lazer.

Com essas atividades, a Alphaville conseguiu ter acesso aos principais universos de pessoas residentes nas imediações dos seus empreendimentos, principalmente os moradores da Vila Zumbi, mostrando-se importante, útil e, mais que isso, “amigo” dessas comunidades.

Nas vertentes da sustentabilidade e da geração de renda, a Fundação Alphaville organizou a Associação de Empreendedorismo Zumbi dos Palmares e a Cooperativa de Reciclagem Zumbi dos Palmares (CoopZumbi). A primeira formava grupos e dava suporte técnico e financeiro inicial para as iniciativas microempresariais.

Além dessas ações, destaca-se a contratação dos moradores da Vila Zumbi para comporem o quadro de funcionários permanentes e intermitentes dos condomínios residenciais e do clube. Do total de funcionários, segundo a administração condominial, 10% é residente da Vila Zumbi dos Palmares, com destaque para atividades domésticas e para os serviços gerais, sendo que todos os contratados, a princípio, passaram pelos cursos ministrados, até 2007, no CCG e posteriormente no CRAS.

Todavia, de todas as ações voltadas a mudar o perfil socioeconômico e cultural da Vila Zumbi dos Palmares, as mais importantes ou de maior efeito foram as pressões políticas exercidas junto ao Estado.

Tais pressões foram exercidas por intermédio das bancadas aliadas na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, tanto nos últimos anos do governo Lerner (2001-2002) como nos primeiros do Requião (2003-2004) e, também, na instância municipal, junto às administrações municipais de Colombo, no mesmo período, no sentido de intervir no favelamento Zumbi dos Palmares, amenizando os seus efeitos negativos.

Em 2005, diante dessas pressões, como já foi abordado, a COHAPAR deu início à implementação do Projeto de Regularização Fundiária, Urbanização e Desenvolvimento Socioambiental no favelamento Zumbi dos Palmares, legalizando-o como Vila Zumbi dos Palmares.

Tal intervenção evidenciou o empenho, os investimentos do Estado e, enfim, o trabalho da máquina pública prioritariamente no atendimento aos interesses de uma grande empresa, de forma que a Vila Zumbi apareceu em posição secundária, apesar de ter sido o alvo das ações do Estado.

Os meios e métodos adotados pela empresa Alphaville para conseguir tal intento não foram totalmente conhecidos nesta pesquisa. No entanto, a lógica da metrópole corporativa, tão trabalhada e divulgada por Milton Santos (1990), consegue embasar tais influências, uma vez que se trata de uma empresa poderosa aliada ao Estado em um processo de corporativismo na construção do espaço metropolitano. Trata-se da Alphaville Urbanismo S/A, empresa líder do mercado brasileiro no setor de urbanismo e integrante do rol das maiores empresas brasileiras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presença e a influência da Alphaville Urbanismo S/A no AMC bem exemplificam os interesses especulativos e a situação de corporativismo com o Estado. Dentre as evidências dessa especulação e desse corporativismo, destacam-se duas ocorrências. A primeira está ligada à escolha e à transformação de parte da APA de Pinhais em UTP, visando receber, prioritariamente, os CHFs do Alphaville Graciosa e Pinheiros, com suas áreas comerciais e empresariais.

A segunda diz respeito às estratégias adotadas pela empresa Alphaville, pressionando o governo do Estado e a Prefeitura de Colombo no sentido de intervir na favela Zumbi dos Palmares e ao mesmo tempo investir, por intermédio do seu braço social – a Fundação Alphaville –, para apaziguar o seu entorno pobre e precário por meio da política da boa vizinhança, cujo objetivo maior era a minimização dos efeitos negativos que uma favela poderia trazer para os seus negócios.

Constatou-se, nesse contexto, um jogo de interesses de ambas as partes. Se por um lado os empresários, os especuladores e/ou os moradores do complexo Alphaville, para não perderem o *status* e o valor conquistados pelos empreendimentos, buscaram apaziguar e criar amenidades no entorno dos CHFs e das suas áreas empresariais e comerciais, por outro também houve e continuam existindo inúmeras influências das comunidades pobres para com o complexo Alphaville.

Como abordado anteriormente, a comunidade Alphaville usou como principais estratégias a implementação de programas de ação social e a contratação de mão de obra recrutada entre os moradores das Vilas Zumbi dos Palmares para suprir suas próprias necessidades no que concerne aos serviços gerais. Em situação oposta, os moradores da Vila Zumbi tinham grande interesse nas ações desenvolvidas pela comunidade Alphaville em sua Vila. Ao mesmo tempo em que tais ações traziam benefícios diretos em termos de infraestrutura, de formação profissional e demais questões socioambientais, proporcionavam uma maior representatividade junto às autoridades municipais e estaduais.

O fato de estar a Vila Zumbi sendo “apadrinhada” por uma importante empresa corroboraria para sua aceitação e, principalmente, para sua oficialização, livrando os seus moradores de uma desocupação por determinação judicial, com emprego da Polícia Militar, tão temido até então.

Para os moradores remanescentes da Vila Zumbi e sobretudo para os novos residentes, após a implementação do Projeto de Regularização Fundiária, Urbanização e Desenvolvimento Socioambiental, o fato de morarem ao lado do complexo Alphaville e de muitos trabalharem nos seus CHFs passou a ser motivo de satisfação e de valorização da sua comunidade, também representando certo *status* – estar próximo ao Alphaville.

A estabilidade do complexo Alphaville e as intensas mudanças ocorridas na Vila Zumbi dos Palmares, com as intervenções do Estado e com a mudança de atores, demonstram que a construção das espacialidades caracterizadoras de cada uma delas

está, de certa forma, interligada à outra. Como confirmação se poderia indagar, em um caso hipotético, qual seria a situação do complexo Alphaville se não tivessem sido implementadas todas as ações sociais na Vila Zumbi. Se o Estado não tivesse intervenido na então favela Zumbi, e se os elevados índices de criminalidade registrados nessa favela tivessem prejudicado o empreendimento Alphaville, reduzindo seu valor monetário e seu *status* por efetivas ações de violência ou apenas pelo medo de tais ações. Será que o Alphaville Graciosa e, posteriormente, o Alphaville Pinheiros teriam os mesmos: moradores, número de construções, valor dos imóveis, *status*? Enfim, estariam com as espacialidades de hoje?

Ou então, em situação contrária, na hipótese de que a empresa Alphaville Urbanismo S/A tivesse escolhido outra área do AMC para implantar o seu empreendimento, será que a Vila Zumbi teria sido alvo do Projeto de Regularização Fundiária, Urbanização e Desenvolvimento Socioambiental? Seria a Vila Zumbi merecedora da prioridade por parte do governo do Estado do Paraná, com a COHAPAR, uma vez que são centenas de ocupações irregulares existentes no AMC?

A negação prepondera nas respostas a esses questionamentos, uma vez que ficam demonstradas as várias situações de influência e de ações combinadas entre essas duas áreas.

Pelo exposto, julga-se que os acontecimentos relacionados aos CHFs da Alphaville e à Vila Zumbi dos Palmares constituem elementos comprovadores de um início de mudança dos paradigmas até então reinantes para o crescimento horizontal dos aglomerados metropolitanos localizados em países não desenvolvidos. Tais espacialidades trazem uma nova dimensão às periferias urbanas desses países, uma vez que deixam de ser grandes exceções para, aos poucos, fazerem parte das suas realidades urbano/metropolitanas.

REFERÊNCIAS

CALDEIRA, T. P. do R. **Cidade dos muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Edusp, 2000.

COHAPAR. **Projeto básico de regularização fundiária, urbanização e de desenvolvimento socioambiental**. Curitiba: Companhia de Habitação do Estado do Paraná, 2004.

COMEC. **Proposta de implantação da AISO (Área de Interesse Social de Ocupação) do Guarituba (Piraquara)**. Curitiba: Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba, 1999. (Versão preliminar).

ITCG. **Cartografia do Estado do Paraná**. Curitiba: Instituto de Terras, Cartografia e Geociências, 2006.

LOPES, A. V. de F. **Condomínios Residenciais: novas faces da sociabilidade e da vivência de transgressões sociais**. 2008. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano do Centro de Artes e Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

MOURA, C. P. **A fortificação preventiva e a urbanização como perigo**. Brasília: DAN/UNB, 2006. (Série Antropologia, v.407). Disponível em: <<http://www.dan.unb.br/doc/Serie407empdf.pdf>>.

POLLI, S. A. **Curitiba, metrópole corporativa: fronteiras de desigualdade**. 2006. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

RITTER, C. **Os processos de periferização, desperiferização e reperiferização e as transformações socioespaciais no aglomerado metropolitano de Curitiba**. 2011. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

SALGUEIRO, T. B. **Lisboa, periferia e centralidades**. Oeiras: Celta, 2001.

SANTOS, M. **Metrópole corporativa fragmentada: o caso de São Paulo**. São Paulo: Nobel, 1990.